

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUC.CIENC.E TEC.DE SC

## Estudo Técnico Preliminar 78/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23292.007774/2025-95

## 2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar refere-se a eventual aquisição de reagentes e insumos químicos, vidrarias, materiais de porcelana e refratários, instrumentos e acessórios laboratoriais visando à operacionalização e a não interrupção do fornecimento de insumos imprescindíveis para o ensino e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão nos Cursos Técnicos Integrados, Subsequentes, de Graduação, Pós-graduação e FICs dos campus do IFSC. A utilização se dará em aulas práticas dos laboratórios de Química, na reposição de insumos consumidos e em novas demandas previstas.

O material solicitado (reagentes químicos, vidrarias, saneantes, acessórios laboratoriais, entre outros) serve como suporte para a realização de experimentos e, portanto, como material didático das unidades curriculares relacionadas às práticas laboratoriais, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, projetos integradores, e trabalhos de conclusão de curso, e ainda dão suporte para a realização de atividades de extensão nos diversos eixos de oferta. A não aquisição destes produtos, impacta diretamente no processo de ensino aprendizagem dos estudantes matriculados nestes cursos ofertados pela instituição que precisam ter acesso às práticas de aprendizado.

Assim, considerando as necessidades da instituição no cumprimento de sua missão, tendo-se que a presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) de 2025, o IFSC vale-se dos instrumentos legais para a contratação de seus bens e serviços.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA - RAU	MARIA APARECIDA DE SOUZA
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - RAU	JOSE ROBERTO MURARA
COORDENADORIA DE REGISTRO ACADÊMICO - RAU	PATRICK ELIZIO
ANDERSON JOSE ANTONIETTI	COORDENADORIA DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ENGENHARIA MECÂNICA - RAU
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SLO	SILENE PEREIRA DA SILVA
COORDENADORIA DE MATERIAIS E FINANÇAS - CDR	RODRIGO ACACIO PAGGI
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM ALIMENTOS - XXE	IEDA ROTTAVA
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL - CCO	FABIO MACHADO DA SILVA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FLN	EVANDRO DE ESPINDOLA
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CCO	DEIWIS LELLIS HOSS
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA - LGS	MARIELE ABADIA ELIAS
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA - LGS	THIAGO HENRIQUE MOMBACH

COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA - LGS  
COORDENADORIA CURSO TECNICO AGROECOLOGIA - LGS  
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - ITJ  
COORDENADORIA DE COMPRAS E CONTRATOS - CTE  
FERNANDO GIACOMINI  
  
JOSE AUGUSTO FARIAS SANTOS  
  
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA - ARU  
COORDENADORIA DE MATERIAIS E FINANÇAS - GPB  
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, MATERIAIS E FINANÇAS - GAS  
COORDENADORIA DE MATERIAIS E FINANÇAS - URP  
COORDENADORIA DA ÁREA DE CULTURA GERAL - JLE  
COORDENADORIA DA ÁREA DE MECÂNICA - JLE  
COORDENADORIA DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (CAMPUS CRICIÚMA)  
COORDENADORIA DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM QUÍMICA (CAMPUS CRICIUMA)  
COORDENADORIA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS - SMO  
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - SCA  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - SJE  
COORDENADORIA DO CURSO DE AGRONOMIA - CAN  
COORDENADORIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ALIMENTOS - CAN  
COORDENADORIA CURSO LICENCIATURA EM FÍSICA - JAR  
COORDENADORIA DO CURSO PROEJA TÉCNICO EM VESTUÁRIO - JAR  
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA - JAR  
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM TEXTIL - JAR  
ASSESSORIA DE QUÍMICA - FLN  
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DO DAMM - FLN  
COORDENADORIA DO CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA - FLN  
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DO DASS - FLN  
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DO DACC - FLN  
DEPARTAMENTO ACADEMICO DE LINGUAGEM, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E CIÊNCIA - FLN

RICARDO TERAN MUHL  
PAULA IASCHITZKI FERREIRA  
JANAINA PATRICIA FREIRE BANNWART  
JACIARA MEDEIROS  
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM TÊXTIL DE MALHARIA E CONFECÇÃO - ARU  
COORDENADORIA CURSO TÉCNICO EM TÊXTIL DE MALHARIA E CONFECÇÃO - ARU  
RENATO DIAZ DE SANTA HELENA  
CAROLINE CASAGRANDE FORNASIER  
PEDRO HENRIQUE PEREIRA MOTA  
ALEXSANDRO LOURIVAL SCHMITT  
ALEXANDRE WERNER ARINS  
KELLY PATRICIA DIAS SCHWEDE  
LUCAS DE SOUZA RANAKOVSKI  
ANA PAULA FIGUEIREDO  
LARISSA VARGAS BECKER  
ODIRLEI DIEL  
PRISCILA SATSUMI TOGO SOUZA  
DOUGLAS ANDRE WURZ  
LUIZ ALBERTO SILVA STEFANSKI  
JEFERSON ENGELMANN  
LUCIANE VIEIRA WESTPHAL  
VILSON MATEUS DE PAULA SANTOS  
SILVIA DOMINGOS  
KARINE PIRES  
ALEXANDRE ALVES DALMOLIM  
MAYARA DA SILVA  
PABLO TOBIAS MEDEIROS TRIBUG  
ALINE SOUZA LOPES VENTURA NARDI  
EDUARDO QUEIROZ DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Declara-se que os bens, objeto deste ETP, enquadram-se na classificação de bens comuns, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, sendo que os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características.

Ainda, esclarece-se que os bens a serem adquiridos são de qualidade comum e não se enquadram como bens de luxo (art. 20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021), bem como não exigem fornecimento contínuo, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum do prazo a ser estipulado.

O licitante deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

1.1. Sempre que necessário, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6. atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746 /2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305 /2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP no 3, de 2018 com o seguinte nível de cadastramento:

I. Credenciamento;

II. Habilitação Jurídica;

III. Regularidade fiscal federal;

Conforme o art.14 da Lei 14.133/21 não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VII - agente público do órgão ou entidade licitante;

VIII - pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

## **5. Levantamento de Mercado**

A equipe técnica realizou o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

I – O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

II – O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma alternativa viável e bem conhecida entre as empresas do ramo;

III – Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e /ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

IV – Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

V - Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;

VI - Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

VII - A aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas, especialmente por instituições de ensino.

VIII - Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

Deliberou-se que a aquisição de material de consumo químico junto a empresas desse ramo é prática amplamente consolidada no âmbito da iniciativa privada e do Setor Público. O mercado é amplo, com grande quantidade de fornecedores especializados e que possuem condições de atender às necessidades institucionais. Os itens são de pronta entrega e será uma licitação para Registro de Preços(SRP). Este processo tem como base as exigências previstas na Lei 14.133 de 2021.

Salienta-se que o Registro de Preços propicia a redução de custos, a centralização das compras para uma mesma finalidade, evitando o desabastecimento, a fim de propiciar maior economicidade, celeridade e eficiência.

Todavia, para otimizar a fase de levantamento das necessidades de cada unidade, bem como na escolha dos objetos a serem licitados, existe na instituição o Calendário de Compras e Licitações Institucional, os quais propicia que os requisitantes, na fase interna da licitação, possam trocar informações entre as áreas requisitantes, o que otimiza a escolha da melhor solução a ser adotada.

A título de exemplo, citamos o fato de que um mesmo material pode ser necessário a vários câmpus o que torna mais eficiente as fases de elaboração das características do bem e, por consequência, a pesquisa de mercado. Esta metodologia de trabalho também auxilia na padronização e harmonização dos materiais e na busca por resoluções mais eficazes para dificuldades comuns que são enfrentadas pelas diversas unidades do IFSC.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A aquisição de material de consumo químico para a Rede IFSC será realizada conforme as especificações detalhadas no Quadro de Especificações Mínimas.

De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto nº 11.462, de 2023, a modalidade Pregão Eletrônico deverá ser utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, podendo, ainda, ser utilizado o conjunto de procedimentos do Sistema de Registro de Preços.

A motivação pela escolha do Sistema de Registro de Preço (SRP) para o processo licitatório se dá pelas características do objeto (Os bens enquadram-se na classificação de bens comuns, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, sendo que os bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e o objeto está de acordo com essas características), não sendo possível a definição prévia do quantitativo a ser demandado pela Administração, frente às necessidades de modificações.

Ainda, considerando a utilização da modalidade Pregão Eletrônico e a existente variedade de fornecedores, o critério de julgamento mais adequado é o de menor preço por item. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da homologação do pregão eletrônico, conforme artigo 11 do decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Sendo assim, considerando que as necessidades apresentadas estão previstas nos Planos de Contratação Anual de 2025 e que os itens serão adquiridos conforme recurso disponível, adotou-se o Sistema de Registro de Preços. Garantindo com isso, à instituição, flexibilidade para adquirir os itens conforme recurso disponível e necessidade das áreas requerentes, durante todo o período de vigência da ata de registro de preços.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

**A partir do relatório de aquisição do último processo de compra para este objeto (PE 11007/2023), a área técnica definiu a lista inicial de itens desta contratação. Também abriu-se a possibilidade de inclusão de novos itens ao processo. Recebidas**

as solicitações, a área técnica fez a análise e o deferimento ou não da inclusão, restando aceitos somente os itens pertinentes ao objeto. A partir destas definições as requisições de compra foram cadastradas pelas áreas solicitantes/requisitantes de cada campus que conhecem as demandas locais.

Foram excluídos do processo itens, que constavam nas requisições enviadas, que se amoldam melhor a outros processos de aquisição da rede, simultaneamente planejados. Ainda, fez-se necessário o cadastro de novas requisições dos itens que tiveram atualização de preços, pois estavam cadastrados com preços irrisórios ou manifestadamente inferiores aos valores de mercado.

Em relação as memória de cálculos dos quantitativos, a maioria dos câmpus do IFSC apresentou justificativas para a sua ausência. Conforme relatado, os sistemas utilizados à época não permitiam um controle eficaz entre os itens estimados e os efetivamente adquiridos, o que comprometia a precisão dos registros e dificultava o atendimento às exigências legais.

Essa limitação inviabilizava a geração de relatórios detalhados, fundamentais para a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e do Termo de Referência. Somada à carência de servidores operacionais nos câmpus, essa situação dificultava ainda mais a elaboração das memórias de cálculo baseadas em requisições anteriores. As justificativas formais quanto à ausência das memórias de cálculo estão reunidas no Anexo II deste ETP.

O campus Lages, tradicionalmente responsável pela condução deste processo, elaborou os relatórios de histórico de consumo de todos os itens incluídos neste pregão. Embora atualmente todos os câmpus tenham acesso ao sistema EPROAD, na época da solicitação inicial, esse recurso ainda não estava amplamente disponível. Dessa forma, os relatórios foram gerados pelo campus Lages e estão compilados no Anexo III deste ETP.

Por fim, no Anexo I – Relatório dos Itens com as Requisições, apresentamos a consolidação dos pedidos de materiais feitos pelos requisitantes, contendo as respectivas especificações e quantidades demandadas.

As estimativas apresentadas nas requisições foram fundamentadas no demonstrativo da previsão de contratação constante no Plano de Contratações Anual de 2025, conformes apresentados nos Documento de Formalização de Demanda (DFDs).

As quantidades solicitadas para serem fornecidas em um ano da vigência da ata estão anexas a este ETP no "Relatório de Itens com as Requisições". Deve-se atentar para os municípios de entrega, conforme a localidade de cada requisitante. Poderá haver remanejo de quantitativo entre as localidades de acordo com as necessidades dos Câmpus e Reitoria. As quantidades remanejadas devem ser acordadas entre os requisitantes no momento do fornecimento.

Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços, pois as aquisições aqui tratadas são previsões de compras rotineiras do órgão gerenciador, visando garantir que o objeto esteja disponível para fornecimento imediato.

A adesão também fica vetada devido à impossibilidade de disponibilização de recursos humanos em número adequado para administrar as demandas de outros órgãos, oriundas da divulgação da Intenção de Registro de Preços, em um único procedimento licitatório, considerando as particularidades de fornecimento e logística de cada possível órgão participante.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

Valor (R\$): 442.188,05

A estimativa do valor que orientará o processo licitatório tem como base a pesquisa de preços, conforme detalhado na pesquisa de preços, anexa a este Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Para a realização da pesquisa, foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, bem como os procedimentos descritos no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação para a formação dos preços de referência deste processo.

A pesquisa incluiu consultas aos sistemas oficiais do governo e ao banco de preços. Nos casos em que foi observada grande variação nos preços coletados, foram excluídos aqueles que não refletiam a realidade do mercado, seja por serem inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados.

Na composição dos preços obtidos, quando possível, a partir de sistemas oficiais do governo e do banco de preços, foi utilizada a média.

A compilação dos orçamentos de cada item, bem como o preço médio estimado e o valor total do processo encontram-se disponíveis no Relatório de Pesquisa de Preços.

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo este parcelamento técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, conforme disposto no § 1º do art. 8 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do IFSC, contratação 158516-68 /2025 no valor de R\$ 237.358,12, conforme DFDs cadastrados pelas áreas requisitantes.

Na planilha abaixo estão listados os Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) cadastrados pelos câmpus requisitantes e as suas respectivas requisições.

Campus	Nº da Requisição SIPAC	N ° DFD 2025
Jaraguá-Rau	4186/2024; 2874/2024	242/2024; 422/2025
	2649/2024	247/2024; 1866/2025
	2803/2024	306/2024
São Lourenço do Oeste	2946/2024; 2945/2024	1438/2024
Caçador	2674/2024	272/2024

Xanxerê	2888/2024	220/2024; 740/2024; 753/2024
Chapecó	2911/2024; 2820/2024	807/2024
Lages	2669/2024; 2751/2024; 2670/2024	587/2024
	2754/2024	
Itajaí	1746/2024	275/2024
Continente	2846/2024	1720/2024
Araranguá	2681/2024	2080/2024
	2710/2024; 2702/2024;	
Florianópolis	2982/2024; 212/2025	264/2024; 828/2024
	2819/2024; 3053/2024	511/2024; 21/2025
	4160/2024; 2957/2024; 3029/2024	512/2024
São José	4145/2024	2047/2024; 2056/2024
Jaraguá Centro	2653/2024; 2893/2024; 2796/2024; 2667/2024; 2685/2024	414/2024; 448/2024; 482/2024; 524/2024
São Carlos	2954/2024	1388/2024
Canoinhas	4359/2024; 4264/2024	1006/2024; 1018/2024; 1034/2024
São Miguel do Oeste	2767/2024	478/2024; 581/2024
Criciúma	2663/2024; 2862/2024	658/2024; 716/2024;
Joinville	3232/2024; 2730/2024	
Urupema	1546/2025	1867/2025
Gaspar	748/2025	717/2024;
Garopaba	1647/2025	1334/2024

O valor dos DFDs informados pelos câmpus na tabela acima apresenta uma diferença em relação ao valor final do processo, mas ficando dentro da margem de 20% estabelecida no COMUNICADO nº 5 do Departamento de Compras.



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção das aulas práticas e das atividades de pesquisa e extensão nos campus do IFSC.

## 13. Providências a serem Adotadas

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente do IFSC, será realizada a Licitação através de Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preço. A licitação estando homologada e as Atas de Registro de Preços assinadas, poderá ser feita a contratação para aquisição dos itens licitados.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os impactos ambientais presentes nesta contratação estão relacionados ao descarte incorreto dos resíduos, risco este que é mitigado pelo controle no uso e correta destinação por parte dos servidores e alunos, bem como pela correta utilização dos mesmos evitando desperdício e compras excedentes e pela adoção da política reversa pelos fornecedores de itens poluentes.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Somos favoráveis ao prosseguimento da licitação, considerando sua relevância em relação aos objetivos estratégicos e às necessidades apresentadas pelas áreas requisitantes. Também ficou demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar e no Plano de Contratações Anual a importância dessa contratação, fundamental para o funcionamento dos Campus do IFSC.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**KATHILCE MARTINS AMORIM**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/09/2025 às 09:29:50.

